

IVO CASTRO

A Estrada de Cintra

Estudos de Linguística Portuguesa

Imprensa Nacional

Lisboa

2017

ÍNDICE GERAL

Introdução — <i>A Estrada de Cintra</i>	7
A língua, uma instituição portuguesa (2007).....	11
Forças de união e separação no espaço da língua portuguesa (2007).....	23
A nova ortografia tem 25 anos (2015).....	35
As políticas linguísticas do português (2009).....	45
A Galiza no espaço cultural e simbólico da Lusofonia (2008).....	57
Galegos e Mouros. A língua galega vista pelos filólogos portugueses (1996)	71
A primitiva produção escrita em português (2004).....	95
A paisagem como palimpsesto, no território da <i>Notícia de Torto</i> (1992)....	125
A elaboração da língua portuguesa, no tempo do Infante D. Pedro (1993)...	135
O Português Médio segundo Cintra (nuga bibliográfica) (1999).....	145
Notas sobre a língua do <i>Livro de como se fazem as cores</i> (ms. Parma 1959) (2010)	149
Uma língua que veio de longe (2007).....	159
A isoglossa de Tordesilhas (1994).....	175
A língua, no tempo do <i>Cancioneiro Geral</i> (2016).....	189
A língua de Camões (2011).....	199
Sobre o bilinguismo literário luso-castelhano (2002).....	217
Emendas camilianas (2007).....	231
Francisco Adolfo Coelho e Guilherme de Vasconcelos Abreu (2008).....	243
A língua de Cleonice (2002).....	255
Abelaira, Pessoa e os gramáticos (2003).....	265
A investigação antroponímica em Portugal (1987).....	275
O nome dos portugueses (2001).....	281
O linguista e a fixação da norma (2003).....	295
Sobre antroponímia luso-brasileira (2004-2005).....	313
Longos antigos apelidos (2014).....	339
Bibliografia citada.....	349
Índice de nomes.....	363

INTRODUÇÃO

A Estrada de Cintra

Nas semanas mais frias do inverno de 2017, ocupei-me alternadamente a podar as árvores do quintal e a podar os artigos que fazem parte deste livro. São duas atividades da mesma índole. Numa, há que escolher os ramos mais bem lançados, que avantajam a planta e pedem o sacrifício dos restantes, bons só para lenha. Na outra, com proporção igual de gosto pelo mais perfeito e de crueldade para com o resto, há que escolher os textos que foram eficazes e merecem nova exposição, além da revista ou volume de atas em que têm andado; há que juntar-lhes outros que, se forem mais visíveis, talvez possam contribuir para arredondar o corpo de opiniões que achamos nossa missão no mundo oferecer aos leitores; e há que decidir de uma vez por todas quais são os textos que, apesar de terem sido escritos com dificuldade e empenho, não são por memória disso mais queridos, nem úteis, nem dignos de estar aqui. Esses, ao menos, que não acabem na lareira.

Sendo a índole uma e comum, porque ficaria limitado o uso de técnicas de jardinagem à poda radical de alguns artigos? Quando me pareceu que textos produzidos em épocas separadas diziam mais ou menos o mesmo, optei naturalmente pela solução económica de guardar apenas o mais recente ou mais documentado. Mas, pelo menos uma vez, dois textos que em parte se sobrepunham, porque tratavam corpos de material diverso mas com o mesmo método e chegavam a conclusões coincidentes, puderam ser fundidos em um só, que figura quase no final do livro com o título «Sobre antropónimia luso-brasileira». Espero que esse processo de enxertia tenha sido mais bem-sucedido que alguns que tenho tentado em plantas do meu chão. Por outro lado, a revisão superficial mas extensiva da escrita, que incluiu alguns cortes, a uniformização de notas de rodapé, referências bibliográficas,

quadros e tabelas, a redução à ortografia de 1990 de todo o texto que não esteja obrigado, por dever de figuração linguística, a manter-se intacto na forma da fonte onde o fui buscar, são operações a que, com certeza, poderíamos atribuir termos muito precisos do vocabulário dos jardineiros; mas essas intervenções importam pouco, apesar de muito abundantes, porque raramente penetraram na substância dos textos, que continuam a refletir quase exatamente o que eu julgava saber na data em que os publiquei pela primeira vez. O ponto de afinação em que estão fixados esses textos é o do tempo da sua primeira publicação; a reação que alguns deles possam ter merecido então mantém-se válida para esta nova lição, mesmo quando as palavras não sejam exatamente as mesmas. Creio que só uma vez me afastei desse cuidado, no artigo intitulado «O nome dos portugueses», de 2001, onde figura um quadro com estatísticas que se interrompiam naquela data. Ora, mal parecia silenciar a evolução significativa que esse quadro estatístico teve até 2014, pois a sua curva factual tem influência na interpretação geral. Por isso, atualizei essa secção do texto, e os comentários que a acompanham. Além disso, aqui e ali, inseri notas de rodapé com atualizações pontuais da matéria de facto. Mas não tentei dar passos novos em matéria de ciência. Não sei, no domínio da história da língua portuguesa, quantos passos me restam para dar, mas a probabilidade é grande de que os textos deste livro não tornem a ser revistos, aumentados ou reformulados. Quanto ao jardim, outro tanto não posso prometer.

A disposição sequencial dos artigos foi uma complicação que não sei se resolvi bem. Dividi-los nitidamente em secções temáticas ou temporais não funcionaria para muitos, dado o seu temperamento eclético. Ordená-los pela ordem de publicação pressuporia que ela traduziu um percurso mental linear e coerentemente programado que, talvez por bem, não existe. De modo que os artigos aí vão numa espécie de cortejo informal, como aquelas passagens de sala para sala nos colégios ingleses, em que cada um parece ir para seu lado, de guardanapo na mão, mas respeitando linhas e não escritas precedências.

O primeiro artigo é uma síntese que fala de tudo, escrito para um livro intitulado *Retrato de Portugal*, feito de sínteses destinadas a estrangeiros interessados no nosso país. Os seguintes falam do presente e da atualidade recente da língua portuguesa, em termos que são talvez os mais perecíveis de todo o livro: o que se poderá dizer de ortografia, ou das expectativas internacionais e económicas da nossa língua, ou de lusofonia e de diálogo entre os estados da CPLP, que não esteja caduco no ano seguinte? Vêm então dois artigos que tratam da Galiza, que é e não é como nós; a con-

tinuidade territorial e histórica, que só existe entre galegos e portugueses, é uma evidência essencial da nossa identidade, a própria e a comum. Para falarmos de Portugal, temos de começar sempre por falar da Galiza, para em seguida tentarmos entender, sem jogar com etnónimos tardios, a vontade de separação que fermentou durante toda a primeira dinastia e eclodiu com os de Avis — a chave para a identificação do país que somos talvez se encontre na nossa língua, que ajuda a contar essa história e as suas continuações, aqui e em ultramar. Sete artigos examinam problemas e textos vinculados ao processo de formação da língua e aos inícios da sua expansão. Após o que, deixada a matéria de Brasil nas boas mãos dos seus historiadores da língua, me quedo nos nossos restelos, lendo a língua em escritores antigos e modernos, que são geralmente fonte mais confiável que gramáticos, pelo menos até que Adolfo Coelho nos fez entrar na galáxia linguística. Preocupam-se os últimos textos com a dificuldade da norma linguística, que tarde arrebitou no nosso analfabeto país e não aparenta ter os seus problemas resolvidos. Apesar disso, o livro acaba em nota eufórica, com uma série de artigos de antroponímia, um dos poucos campos em que dispomos de uma normativa bastante clara, decerto não perfeita, mas socialmente sensata e suficientemente plástica para ir acompanhando de perto, e com liberalidade legislativa, as necessidades de uma comunidade que, à vez, se abre à imigração e à emigração, ao respeito por religiões não tradicionais entre nós e à volatilidade do género. Sintomas de país vivo.

O último artigo, inspirado naquelas famílias vaidosas que ambicionam ter apelidos longos como os do tempo de D. João V, foi um dos que mais gostei de escrever, quase tanto como aquele de há muitos anos, sobre os nomes das terras minhotas onde teve origem e deve ter sido escrita a *Notícia de Torto*. Artigos de onomástico ambos os dois. Teria sido mais feliz se tivesse passado a vida a estudar nomes de terras e de gente? Confio que não, mas é curioso que, tendo sido aluno de Joseph Piel e influenciado em todos os poros por Leite de Vasconcelos, o apelo dos estudos do onomástico não tenha soado mais forte nas escolhas do meu trabalho. Outros apelos terão sido mais poderosos.

Apresentado o livro, sumariado o seu recheio, talvez fosse dispensável explicar-lhe o título. Na verdade, esta *Estrada de Cintra* pouco mistério encerra. Significa ela, como muitas das páginas que se seguem ajudarão a comprovar, que o modelo de Luís Filipe Lindley Cintra, com quem estudei e junto de quem aprendi a trabalhar, inspirou muitas das escolhas profissionais que me conduziram pelos campos da história da língua portuguesa e trouxeram, portanto, até este livro. A muitos outros discípulos ajudou

Cintra igualmente na busca dos seus orientes. A estrada que nos ofereceu era uma via de liberdade e exigência, grata de percorrer, que espero sinceramente ter contribuído para manter aberta ao trânsito.